CORREIO DE CAMPINAS

POR **RAQUEL VALLI**

PREFEITURA DE CAMPINAS



Vereadores aprovam projeto que cria instituto de capacitação

Aprovado em 1ª análise projeto que cria escola de gestão para servidores

A Câmara Municipal de Campinas aprovou na quarta-feira (4), durante a 63ª Reunião Ordinária de 2026, o Projeto de Lei Complementar encaminhado pela Prefeitura para criar o Instituto Escola de Gestão Pública (IEGP). A nova estrutura será focada na capacitação profissional dos servidores municipais e surge a partir do remanejamento do Departamento de Apoio à Gestão e Projetos Integrados, ficando vinculada à Secretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas. O texto prevê treinamentos, inovação, melhorias nos processos de trabalho e ações de formação cidadã, inclusive mediante parcerias com entidades públicas ou privadas. O documento ainda reorganiza setores da Pasta e reformula o fundo instituído em 1994, transformando-o no Fundo Municipal de Desenvolvimento, Capacitação e Qualidade de Vida do Servidor.

Funções

Entre as atribuições do instituto, encontram-se: "o planejamento, a organização e a execução de cursos, treinamentos e programas de desenvolvimento profissional, além da realização de pesquisas e do incentivo à adoção de novas tecnologias e métodos de trabalho". Deverá também "desenvolver ações voltadas à inovação, à melhoria dos processos administrativos e à promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho".

Cantinho dos Jequitibás: parcerias com a PUC

A Prefeitura de Campinas vai fechar dois acordos de cooperação com a PUC-Campinas nesta quinta-feira (5) de novembro, às 10h. Os termos serão assinados pelo prefeito Dário Saadi (Republicanos-SP) na Sala Azul do Paço Municipal. O primeiro termo estabelece que o observatório da universidade compartilhe com o Procon levantamentos sobre o preço da cesta básica no município, a fim de expandir o acesso dos moradores aos dados socioeconômicos locais.

PREFEITURA DE CAMPINAS



O arcebispo e grão-chanceler da PUC-Campinas Dom João Inácio

Faculdade de Direito e Escola de Justiça

A segunda parceria une o Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC com a Escola de Justiça - órgão que capacita agentes públicos e profissionais da área por meio de cursos, eventos e parcerias institucionais. O convênio estabelece a capacitação de servidores municipais e de membros da universidade, além do desenvolvimento conjunto de pesquisas e projetos de extensão.

COLUNISTA

Unicamp debate religião

A atuação da religião nas disputas políticas das Américas, da mobilização de eleitores à formação de identidades e projetos de poder foi tema do seminário "Religião como Política" realizado esta semana no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e apoio da Fapesp, da Fundaj e do CNPq.

Senhora Aparecida

Na abertura, a socióloga Maria José Rosado Nunes, do Laboratório de Antropologia da Religião (LAR) da Unicamp, abordou o uso político da imagem de Nossa Senhora Aparecida na recente campanha eleitoral brasileira. Segundo Nunes, a dimensão política se deu devido à representação da santa como mulher negra.

Comunidade evangélica

Álvaro Bermudez-Valle, natural de El Salvador, mas atualmente pesquisador da Universidad Rafael Landívar, na Guatemala, tratou da influência da teologia da prosperidade, do domínio e do reconstrucionismo na participação política evangélica, pontuando que "as igrejas mobilizam eleitores, mas não fabricam militantes".

Conservadores

Em participação on-line, Guillermo Flores Borda, da Boston University, nos Estados Unidos, examinou a circulação do nacionalismo cristão e de pautas conservadoras sobre sexualidade, aborto e família. Para ele, é importante compreender como discursos religiosos, como o lema "Deus acima de todos", são empregados nas disputas pelo poder.

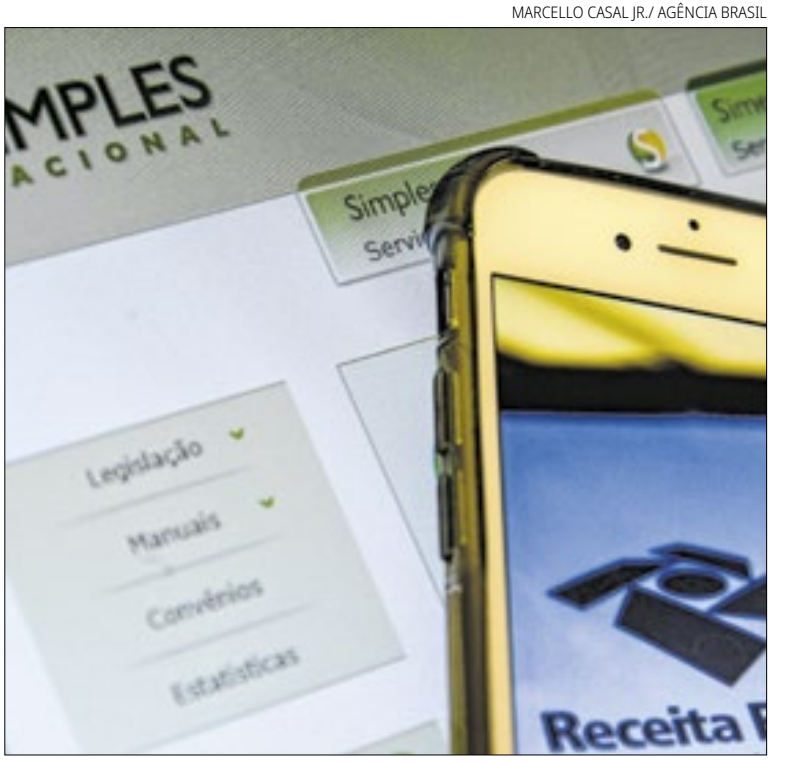
Impérios digitais

O cientista político André Kaysel, professor do IFCH, destacou a aproximação de lideranças de direita com a Meta, Google e X. Elas" têm uma novidade que nenhum órgão de imprensa no passado jamais teve", observou, referindo-se ao controle sobre "quem conversa com quem" e "que mensagem chega a quem".

Mudança

José Luis Pérez-Guadalupe, da Universidad del Pacífico, no Peru, lembrou que os evangélicos passaram de "crente não fala de política para irmão vota em irmão", depois que estratégias para formar partidos não vingaram nas décadas de 1980 e 1990. A influência passou, então, a ser realizada no apoio a candidatos específicos.

MARCELLO CASAL JR./ AGÊNCIA BRASIL



Mudanças programadas para 2027 trarão a implementação da CBS

Apenas 3,5% das empresas estão preparadas para reforma tributária

Sescon Campinas aponta que 60,2% ainda nem avaliam desdobramentos

Por **Raquel Valli**

Levantamento do Sescon Campinas realizado no terceiro trimestre de 2026 revela que apenas 3,5% das 113 empresas consultadas na região metropolitana (RMC) estão plenamente preparadas para os impactos da reforma tributária. Ainda de acordo com o sindicato (das empresas de serviços contábeis), 60,2% das companhias ainda não avaliam os desdobramentos, enquanto 8,8% nem iniciaram diagnósticos operacionais.

ALTERAÇÕES

As mudanças programadas para 2027 trarão a implementação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) em substituição ao PIS e à Cofins. A reformulação prevê alterar a composição de custos efetivos, exigindo a reavaliação de contratos com fornecedores, a revisão de margens e a reestruturação da formação de preços no ambiente corporativo regional. "Uma coisa é conhecer a reforma tributária. Outra é entender os impactos que ela vai trazer para o negócio. É preciso avaliar o que muda na operação, desde a emissão de notas até a relação com fornecedores e clientes", afirma o empresário contábil Bruno Loreno, sócio da Move Contabilidade Consultiva. A transição demanda análises que extrapolam a troca de alíquotas, alcançando rotinas de faturamento, emissão de documentos e gestão de compras. Sob as novas regras, propostas comerciais de insumos com menor valor nominal nem sempre resultarão na opção de menor impacto financeiro final para as empresas. "Um fornecedor que hoje oferece o menor preço pode não representar a mesma vantagem com a reforma. É importante analisar os novos cenários e entender como essas mudanças poderão afetar os custos do negócio", completa Loreno. O cronograma de 2027 abrange também o início do Imposto Seletivo sobre produtos e serviços específicos com apelo ambiental ou de saúde, acompanhado do avanço do split payment, mecanismo que recolhe a fatia tributária de forma automatizada no ato do pagamento financeiro, demandando revisões nos processos de tesouraria e controle de caixa.

A Reforma foi aprovada pela Câmara e pelo Senado em 2023, e a proposta foi promulgada naquele mesmo ano; a fase de testes começou a vigorar em 2026, com transição prevista para ser concluída em 2033.